

# CAPÍTULO 20

## IMPLICAÇÕES DA BAIXA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CONTEXTO ESCOLAR DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS

**Jurema de Andrade Bressan**  
**Bianca Silveira da Rosa**  
**Thayse do Carmo Junckes**

### RESUMO

Objetivo: identificar as implicações da baixa participação das famílias no contexto escolar pela ótica dos profissionais da educação, com o intuito de, a partir disso, refletir sobre os impasses dessa relação e propor contribuições para a unidade educativa, visando ampliar a participação efetiva das famílias. Método: pesquisa bibliográfica e documental e posteriormente realizar entrevistas analisando os dados obtidos com os documentos norteadores da Educação Infantil. Resultados: indicaram que são diversas as implicações em virtude da baixa participação das famílias, refletindo diretamente no cotidiano escolar e por vezes no comportamento das crianças. Conclusão: Foi possível observar que esse distanciamento por parte das famílias muitas vezes está relacionado a uma falta de conhecimento da função social da Educação Infantil e por não conhecerem o trabalho pedagógico realizado na unidade educativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Família. Escola. Relação família e escola.

### 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu do interesse pela temática e em virtude de experiências vivenciadas pelas pesquisadoras no âmbito da Educação Infantil, nas quais se observou na prática a importância da efetiva participação das famílias para o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e as implicações nesse contexto em virtude da baixa participação por parte de algumas famílias, como não participação em reuniões e em propostas coletivas que envolviam a comunidade escolar. Escola e família são instituições distintas, mas que possuem funções complementares e indissociáveis no que diz respeito à educação das crianças. Para que essa complementaridade ocorra de maneira efetiva, faz-se necessário o diálogo e formas de possibilitar a participação das famílias nesse contexto.

Cotidianamente no ambiente escolar verifica-se como essa problemática é atual e emergente, pois, sua discussão é de grande importância para a Educação, principalmente em virtude da situação mundial atual de pandemia, tendo em vista que em grande parte do país as aulas estão ocorrendo de maneira remota, e a participação e o incentivo das famílias nesse momento é importante e necessário, especialmente na etapa da Educação Infantil, considerando que as famílias precisam acessar as ferramentas digitais e desenvolver as ações propostas juntamente com as crianças.

A Educação é um direito da criança e dever da família e do Estado, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Ressalta-se que família e Estado são responsáveis tanto pela garantia de acesso, quanto de permanência das crianças, sendo obrigação e responsabilidade das famílias a realização da matrícula.

Muitos autores como: Ferreira e Maturano (2002), Garcia e Veiga (2006), Polonia e Dessen (2005) e Dessen e Aranha (1994), abordam a problemática entre família e escola e ressaltam a importância de uma participação efetiva por parte das famílias. Para uma educação de qualidade é preciso que haja diálogo, parceria e participação entre família e escola, ambas tendo como objetivo a Educação e o desenvolvimento integral das crianças e por isso, a preocupação em pensar essa temática e propor ações e estratégias possíveis, podem ser observadas a seguir:

[...] é no interior da família que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afetivo importante quando os indivíduos atingem a idade adulta. Estas trocas emocionais estabelecidas ao longo da vida são essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico (ROMANELLI, 1997, *apud* PRATTA; SANTOS, 2007, p. 250).

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui como eixos da ação pedagógica as interações, as brincadeiras e o trabalho pedagógico que é desenvolvido seguindo a concepção indissociável do cuidar e educar, deste modo, esta é complementar a educação das famílias. Considera-se que do mesmo modo em que o cuidar e o educar são indissociáveis na Educação Infantil, assim precisa ser a relação entre família e escola, uma parceria indissociável, tendo abertura tanto da família como da escola, e para isso é preciso também que a família se sinta incluída, respeitada e ouvida.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasil (2010), ressalta-se a importância da participação, do diálogo, e da escuta das famílias, assim como do respeito e valorização dos seus saberes, cultura e formas de organização, e também a valorização da comunidade local.

Acredita-se que por vezes, a falta de entendimento e conhecimento das famílias sobre a função social da Educação Infantil como direito das crianças e como primeira etapa da

Educação Básica, implica diretamente em um distanciamento por parte das famílias no que diz respeito ao caráter pedagógico dessas instituições, vendo-as apenas como locais para deixar as crianças para que as famílias possam trabalhar e se organizarem em suas rotinas. Sendo assim,

A parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar. Afinal, por que até hoje em pleno século XXI a escola reclama da pouca ou insignificante participação da família na escola, na vida escolar de seus filhos? Seria uma confusão de papéis? Onde estaria escondido o ponto central desse dilema que se arrastam anos e anos? (GARCIA; VEIGA, 2006, p. 12).

Deste modo, entende-se necessário buscar/propor estratégias, ações de envolvimento e conscientizar as famílias sobre a importância de participarem da vida escolar das crianças desde a Educação Infantil, tendo em vista a importância dessa etapa para o desenvolvimento das crianças. Para isso, é necessário primeiramente analisar “qual a percepção dos profissionais da educação, sobre as implicações da baixa participação das famílias no contexto escolar das crianças na Educação Infantil?”

Nesse sentido, o objetivo foi identificar as implicações da baixa participação das famílias no contexto escolar da Educação Infantil pela ótica de outros profissionais da educação, com o intuito de destacar as implicações mais relatadas, refletir sobre os dados obtidos e a partir da análise, contribuir para a unidade educativa, para a comunidade escolar e para a área da educação, visando ampliar a participação efetiva das famílias.

Com base no problema de pesquisa, elenca-se como objetivos específicos: Contextualizar de maneira breve a história e função social da Educação Infantil no Brasil; Identificar os motivos da baixa participação das famílias no contexto escolar das crianças na Educação Infantil; e por fim propor estratégias de ampliação e envolvimento entre escola e família visando contribuir no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas.

## **2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

De acordo com Barbosa (2007), a Educação Infantil no Brasil inicialmente esteve vinculada aos processos de industrialização e à urbanização no início do século XX, tendo em vista uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, e então a necessidade de instituições para abrigar (enquanto as mães trabalhavam) as crianças pequenas, surgindo assim uma visão assistencialista de Educação. Ao longo do século, foram surgindo novos estudos sobre a educação e assim outras concepções em torno da educação das crianças pequenas.

Com a CRFB/88, a Educação Infantil foi reconhecida como um direito das crianças e dever do Estado, passando a ser organizada em creche e pré-escola. Uma grande conquista para a garantia e reconhecimento dos direitos das crianças foi também a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Mais tarde, a Lei n. 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases, estabeleceu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, atendendo crianças de 0 a 5 anos, sendo de 0-3 anos creche e de 4-5 anos pré-escola, tornando obrigatória a matrícula das crianças a partir dos 4 anos de idade. Com esta nova organização e concepção de Educação Infantil, o que anteriormente era tido como assistencialismo, passou a ter um caráter pedagógico mais definido. Desse modo, a Educação Infantil passou a ser concebido como direito das crianças, conforme o art. 29º da Lei n. 9394/96, que define,

a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

No âmbito nacional têm-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as quais têm como objetivo estabelecer as normas a serem tratadas na organização dos processos da proposta pedagógica para a Educação Infantil. Esse importante documento apresenta algumas concepções, como de currículo (que tem como objetivo articular as experiências das crianças com conhecimentos socialmente produzidos), de criança (como um sujeito de direitos, estando no centro do processo educativo) e de Educação Infantil (BRASIL, 2010).

Essas Diretrizes são fundamentais no âmbito da atuação profissional, pois ela passa a introduzir a concepção de currículo que vai trabalhar com a cultura, a experiência e os saberes, através dos três princípios que orientam a Educação Infantil, princípios éticos (autonomia e responsabilidade), políticos (direitos e deveres da cidadania e exercício da criticidade) e estéticos (sensibilidade e criatividade), e tendo como eixos norteadores a brincadeira, a interação e as linguagens, que devem ser levadas em conta tanto na elaboração de planejamentos e documentação, como também na ação docente com as crianças. Importante destacar a concepção de criança destacada no documento, a qual é concebida como,

sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

A Educação Infantil é um espaço de vivência das crianças, sendo uma complementaridade à educação familiar, que deve inserir a criança no universo da cultura,

sendo um espaço de direitos que deve permitir a vivência da cidadania e da infância. Para que esse direito da criança seja garantido, a CRFB/88, art. 227º, define que,

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade à convivência familiar e comunitária. [...] (BRASIL, 1988).

Com base nesses documentos, destaca-se a importância da participação das famílias no contexto escolar das crianças da Educação Infantil, tendo em vista que esse importante direito que é a educação, só será efetivado com a participação e colaboração da família, que precisa matricular a criança, participar do processo formativo e cobrar pela efetivação de uma educação de qualidade, visando à formação humana das crianças desde pequenas.

## **2.1 Família e escola: uma via de mão dupla**

Compreender o impasse que por vezes ocorre na relação entre escola/profissionais e famílias, tendo em vista que ambas são responsáveis pela educação e cuidado das crianças pequenas. A CRFB/88 em seu art. 205º, define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1998). Nesse sentido, a relação entre ambas as partes, é fundamental para a inserção e desenvolvimento das crianças desde a mais tenra idade.

O primeiro contato das crianças na Educação Infantil, logo no período de inserção, deve ser planejado com respeito e empatia, pensando que esse é um processo novo e até mesmo difícil para as crianças e seus familiares, pois muitas vezes é a primeira separação/transição entre as crianças e suas famílias, de um espaço familiar, com sua singularidade, para um espaço institucional e coletivo, e por isso a necessidade e importância de uma relação de troca, respeito e escuta.

O termo inserção significa o ato de inserir, que quer dizer introduzir; incluir (-se) num conjunto; integrar, intercalar; fazer parte de (um contexto). [...] Ou seja, ao mesmo tempo em que ocorre a separação gradual da criança com a família, mediada por um adulto profissional, também acontece um processo de construção e ampliação de uma nova rede de relações; novos relacionamentos e construção de vínculos. (FLORIANÓPOLIS, 2018, p. 5).

Esse período é muito importante para todos, mas principalmente para as crianças, e para que esse momento ocorra da maneira mais natural e tranquila possível, faz-se necessário a participação efetiva das famílias, e essa participação não se refere apenas ao estar naquele espaço com a criança, mas para, além disso, é conversar, passar segurança e tranquilidade para que a criança sintam-se segura em experienciar essa nova realidade, esse novo contexto, e também em dialogar com os profissionais sobre a criança, sua rotina, gostos e hábitos.

Assim destaca-se a inserção, por ser uma etapa muito importante no ingresso à Educação Infantil, e apesar de ser chamada de período, não há um período definido para a efetivação da inserção, por isso a importância da participação e confiança da família, com o intuito de preservar o bem-estar e a segurança das crianças nesses primeiros contatos com a Educação Infantil. No Parecer CNE/CEB n. 20/2009, é destacado que,

a perspectiva do atendimento aos direitos da criança na sua integralidade requer que as instituições de Educação Infantil, na organização de sua proposta pedagógica e curricular, assegurem espaços e tempos para participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização das diferentes formas em que elas se organizam. Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições. Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto às crianças não se fragmentem (BRASIL, 2009. p. 13).

A participação da família no contexto escolar é fundamental para o desenvolvimento da criança como também para uma convivência positiva e participativa com a escola, tendo em vista o objetivo de garantir uma educação de qualidade para as crianças. Libâneo (2000, p. 22), afirma que a Educação é um “Conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais”.

Deste modo, a família precisa compreender que ela faz parte do processo educativo e formativo da criança, e sua participação é importante também para valorização dos saberes e da cultura local. Verifica-se que cada criança, vai para escola com uma bagagem cultural, e é na escola, começando pela Educação Infantil que ela passa a ampliar essa bagagem/repertório, vivenciando outras culturas juntamente com as demais crianças, por meio de diferentes vivências e interações.

Para as DCNEI, Brasil (2010), a criança é compreendida como sujeito de direitos, que se desenvolve nas interações e experiências que vai estabelecendo com o mundo. Desse modo, o espaço coletivo da Educação Infantil oportuniza diversas vivências complementares ao ambiente familiar, com diversas possibilidades de aprendizagem. Ressalta-se que ambos os contextos, familiar e escolar, são essenciais para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, cada um com sua importância.

É importante destacar que essa participação das famílias no processo educativo das crianças deve ser incentivada também pela escola, tendo em vista a importância do diálogo e

da criação de vínculos. A escola não pode se abster dessa responsabilidade, deixando apenas que a família busque abertura, pelo contrário, a escola é também responsável por buscar envolver a família, seja em reuniões ou propondo ações de interação. Garcia e Veiga (2006) destacam que,

Ao desconhecer as pessoas, suas formas de vida, seus motivos e suas concepções, a escola não percebe as diferenças que existem entre o eu e o outro perdendo a chance de dialogar com quem a frequenta. A escola não fala diretamente ao outro, mas para o outro, portanto, não reconhece nele uma qualidade de sujeito (GARCIA; VEIGA, 2006, p. 12).

Destaca-se que é imprescindível a valorização da família, dos seus saberes e da cultura local por parte da escola e dos professores, de modo a articular com os saberes da escola. Essa interação potencializa o desenvolvimento da criança e favorece que essa sinta-se acolhida e respeitada.

### 3. METODOS

Buscando compreender de maneira efetiva as implicações em decorrência da baixa ou da não participação das famílias no contexto escolar da Educação Infantil, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental juntamente com a realização de entrevistas, método do qual foi analisado os dados obtidos com os documentos norteadores da Educação Infantil. A pesquisa caracterizou-se predominantemente de caráter qualitativa e descritiva em virtude do objetivo de análise. Em relação às fontes, foi classificada como uma investigação bibliográfica e documental, contando ainda com a realização de entrevistas em uma unidade de Educação Infantil. Dentre os documentos utilizados está a Lei n. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, CRFB/88 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, focando no que se refere aos deveres e a participação das famílias (BRASIL, 1996; 1988; 2010).

A pesquisa bibliográfica e documental é semelhante, uma vez que,

[...] na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há de um lado, os documentos de “primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. [...] De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 46).

A pesquisa descritiva, segundo Vergara (2000, p. 47), expõe as características de determinada população ou fenômeno, no momento em que “estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”. A autora esclarece que a pesquisa não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Importante destacar que por se caracterizar como uma pesquisa qualitativa, segundo Richardson (1989) à

medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretende medir ou enumerar categorias. Sendo assim, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o Parecer nº 4.627.370, de 04 de abril de 2021.

Para a identificação das implicações, aplicou-se entrevistas com roteiros próprios, organizados de maneira semiestruturada, com o intuito de deixar opção para o respondente relatar outras questões/situações. As entrevistas semiestruturadas sugerem ao entrevistado o uso livre da fala, sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. Nessa dinâmica,

[...] a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI, 1991, p. 154).

A partir da aplicação do roteiro foi possível conduzir a entrevista, conforme as respostas obtidas. Primeiramente as entrevistas foram guiadas por meio do roteiro, posteriormente, os entrevistados ficaram livres para responder conforme suas perspectivas.

Referente aos procedimentos empíricos, o uso de entrevistas se faz valer, pois ajudaram a colher as informações necessárias para analisar as implicações da baixa participação das famílias na vida escolar das crianças no contexto da Educação Infantil. Ressalta-se que os entrevistados não foram identificados, apenas representados por letras por questões de ética.

A pesquisa foi desenvolvida em uma unidade de Educação Infantil que atende crianças de 04 meses a 5 anos e 11 meses de idade, em um Município do sul de Santa Catarina. As entrevistas foram realizadas com professoras da unidade educativa que se enquadravam nos critérios estabelecidos, tendo em vista que o profissional precisaria ter no mínimo um ano de atuação na Educação Infantil e possuir graduação.

Em virtude da pandemia do Coronavírus, não foi possível realizar todas as entrevistas presencialmente, deste modo, algumas foram realizadas online utilizando a ferramenta Zoom, gravadas e posteriormente transcritas. Evidencia-se a importância dessa etapa da pesquisa, pois possibilita uma melhor compreensão real e efetiva os impactos e as implicações gerados em virtude da baixa participação das famílias no contexto da Educação Infantil.

O roteiro de pesquisa foi elaborado com o intuito de compreender pela perspectiva dos profissionais da educação os impactos e implicações em virtude da baixa participação das



famílias no contexto escolar das crianças da Educação Infantil, e a partir da análise das narrativas pretende-se pensar propostas de ação/intervenção.

Em relação aos procedimentos utilizados para a análise e discussão dos resultados, foi realizado uma análise de narrativas. A pesquisa documental e bibliográfica nos proporcionara embasamento para abordar a história da Educação Infantil e também para evidenciar a importância e as implicações da participação das famílias no contexto escolar e os resultados obtidos nas entrevistas contribuíram com a análise.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo a metodologia proposta, busca-se identificar semelhanças entre as narrativas de cada entrevistado, com o objetivo de identificar as aproximações nas ações planejadas por cada profissional no que diz respeito a relação entre família e escola, com o intuito de compreender quais propostas eram desenvolvidas pensando nessa aproximação e diálogo. Posteriormente elenca-se quais foram as implicações mais relatadas pelos entrevistados em virtude de uma baixa participação das famílias, e organizou-se uma tabela de acordo com as implicações mais relatadas.

As entrevistadas foram sete professoras, todas com graduação, algumas pós-graduadas, e todas com mais de um ano de experiência na Educação Infantil, conforme nosso requisito inicial. As professoras participantes atuam entre os grupos de trabalho (GT) II e V.

Aplicou-se as mesmas perguntas para todas as entrevistadas, assim como cada professora ficou à vontade para relatar a partir do seu ponto de vista, como ocorre a parceria entre escola e família de acordo com o seu grupo e dentro da sua perspectiva. As professoras relataram que desde o ano de 2020, em virtude da pandemia, essa relação entre família e escola ficou um pouco diferente, tendo em vista que por um tempo houve apenas atendimento remoto e as ações coletivas que envolviam as famílias dentro da unidade educativa foram suspensas. Nesse período, as atividades pedagógicas e o contato com as famílias se deram de forma não presencial, através de grupos criados no *Whatsapp*, com entrega de atividades impressas na unidade escolar e também com as propostas postadas no portal virtual do município. Posteriormente quando ocorreu o retorno presencial, as famílias puderam optar se as crianças iriam permanecer no atendimento remoto ou iriam retornar para o presencial, e mesmo as crianças que retornaram para o presencial, alguns grupos precisaram fazer revezamento semanal ou de horário, com o intuito de atender as indicações do Plano de Contingência (PLANCON), buscando mitigar a contaminação da COVID-19 e preservar a saúde de todos. As professoras relataram que nesse momento, as crianças que estão em atendimento remoto,

são atendidas por outra profissional, a qual planeja e encaminha as propostas virtualmente, desse modo, as professoras que estão com os grupos em sala, acabam não tendo contato com essas crianças e famílias, e não tendo acesso as devolutivas referente as propostas encaminhadas. Essa afirmação é destacada nos relatos a seguir:

No momento da pandemia a gente não tem muito contato de conversar com os pais pessoalmente né, esse contato é mais via WhatsApp ou ali no portão quando a gente tem alguma coisa para conversar com eles. Eles não estão mais entrando com as crianças aqui na porta. Mas assim, em relação aos outros anos anteriores, a gente sempre tem esse contato com os pais, de tá vindo na porta e a gente tá conversando, relatando sobre o desenvolvimento da criança e eles também participam em casa às vezes eles levam alguma atividade para fazer em casa também tem essa participação geralmente no GT V tem essa participação, eu sempre senti assim nas minhas turmas de GT V essa participação. São mínimos os que não fazem ou não querem fazer, geralmente tem no nosso grupo, mas realmente esse ano é mínimo, a maioria participa. Tem famílias que participam e tem aquelas que nunca participam, temos criança que ainda não fez nenhuma proposta, mas eu acredito que é a minoria (PROFESSORA A, e G, 2021, entrevista concedida em 29/07/2021).

O contato com as famílias das crianças que estão no presencial também mudou, tendo em vista que por questões de segurança e para que houvesse menos pessoas circulando no local, apenas as crianças entram na unidade, não ocorrendo mais o contato na porta com as famílias como ocorria anteriormente. Quando precisam conversar a respeito das crianças, as famílias ou professoras marcam um horário de atendimento individual ou, às vezes, conseguem conversar utilizando o aplicativo do *WhatsApp*.

Referente às propostas coletivas da unidade pensadas para envolver e aproximar as famílias, as professoras relataram elas estão contempladas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade, mas que sempre as professoras organizam algumas ações de acordo com o trabalho desenvolvido com seu grupo de atuação e que também procuram algo para envolver e acolher as famílias, desde um café ofertado na reunião, como outras ações que as vezes ocorrem.

Nas ações contempladas no PPP, as entrevistadas destacaram as reuniões; a festa da família (com proposta para todos participarem, com gincana e as vezes uma apresentação coletiva de toda a unidade); mostra de trabalho; teatro (organizado por turma); festa junina e a entrega de avaliação por grupo. Destacaram também que esse ano a festa da família será realizada, com o intuito de manter uma aproximação e interação com as famílias, porém será realizada de maneira virtual.

Como implicações, as professoras relataram que é visível no dia a dia das crianças, quais famílias são mais participativas, que incentivam mais as crianças em casa, tanto pelo envolvimento das crianças nas propostas em sala, em suas ações com as demais crianças, quanto

nas questões mais pessoais e de autonomia, como, por exemplo, na higiene e nos cuidados com os pertences. Ressaltaram também que cada criança é um ser único, porém é perceptível quando a família é mais presente e participativa, tanto nas ações com a unidade educativa quanto nas ações em casa com as crianças.

[...] Eu acho que a criança quando os pais não participam, elas sentem e falam - a minha mãe não quer vir! E como a gente sente isso, a gente faz essa semana do teatro e como para eles é importante essa semana [...] e como eles ficam tristes que a mãe não veio e a mãe dos outros vieram sabe, porque aí no final termina o teatro as mães vêm aqui já pegam eles e já levam, sabe. E então eles vêm e falam, -Ah professora, minha mãe não veio! E ele fez uma apresentação de teatro para família assistir, e a família dele não veio (PROFESSORA A, 2021, entrevista concedida em 29/07/2021).

Entre as implicações observadas em sala em virtude da pouca/baixa participação das famílias, as mais relatadas pelas professoras foram.

**Quadro 1:** Implicações mais relatadas.

<b>Implicações mais relatadas</b>
Menor participação e envolvimento das crianças nas propostas e ações desenvolvidas
Questões referentes à autonomia das crianças
Interesse das crianças por histórias (percebem quando a família incentiva ou não)
Tristeza e frustração por parte das crianças quando a sua família não comparece em momentos coletivos pensados para as famílias
Para as professoras das crianças menores, o envolvimento das famílias também reflete na inserção das crianças.

**Fonte:** Autoria própria a partir das informações obtidas nas entrevistas (2021).

Sobre a participação dos pais, a professora A reforça que,

faz a diferença, a gente percebe quando a família ajuda e incentiva, daqueles que os pais não tão nem aí para criança, sabe? Principalmente quando tem avaliação também né, a nossa é semestral então é aquele momento que a gente conversa mais com pai ali, mais individual né, sobre a dificuldade, sobre o aprendizado, o pai ele tá com dificuldade na matemática, de reconhecer os números. Então tá professora, eu vou ver se eu consigo fazer alguma coisa em casa para ajudar então a gente sempre tem assim aqui essa conversa e essa troca sabe (PROFESSORA A, 2021, entrevista concedida em 29/07/2021).

Ao serem questionadas se a participação e o envolvimento da família podem colaborar para o aprendizado das crianças, a professora logo responde,

ela não pode, ela colabora né. Na verdade, principalmente nessa fase agora que eles também daqui um pouco vão para o primeiro ano, então tem que ter uma base para eles também né, eles tem que sentir que a família está perto, está presente nesse momento. Na questão da independência também né, porque a gente percebe crianças do GT V que nem amarrar o sapato não amarra, nem consegue colocar um casaco né, quer dizer que a família faz tudo por ela, também não colabora nessa fase de autonomia e independência da criança e a gente percebe a diferença daqueles que - a professora deixa que eu amarro [...] tem os dois lados, eu acho que é a preocupação de cuidar ou de não ter o trabalho de ensinar também, a gente vê isso também. [...] é muito importante trabalharem para esse processo de independência e autonomia da

criança. É muito importante (PROFESSORA A, e G, 2021, entrevista concedida em 29/07/2021).

Em relação a participação das famílias e se as mesmas mantêm um contato frequente com a unidade para acompanhar o processo de aprendizagem das crianças, a Professora C (2021, informação verbal concedida em 19/07/2022): destaca que “Como tem a questão do cuidar, acredita-se que estão mais preocupados com o cuidar, mas as vezes eles trazem a parte de que estão cantando música, agora é isso né porque ela tá cantando, ela tá falando [...]”. E a Professora D (2021, informação verbal concedida em 19/07/2022): destacou que algumas famílias dão devolutiva, “[...] agradecendo bastante e parabenizando pelo trabalho, que capricho coisas assim, nesse sentido, mas não necessariamente que eles tão pensando como que é o nosso trabalho pedagógico”.

A Professora F relata que a participação das famílias muitas vezes ocorre através da agenda, a qual os pais acompanham os recados e informes da escola, mas muitas vezes nem respondem. Destaca ainda que,

na questão do desenvolvimento e aprendizagem eu não vejo muito essa participação, tá. A visão da família precisa melhorar nessa questão, porque acham que a escola é só o cuidar né, [...] aí quando começou a pandemia e as atividades foram pra casa e eles começaram a ver que todas essas atividades têm uma intenção pedagógica por trás, algumas famílias entenderam o trabalho do professor pois até então não tinham essa visão (PROFESSORA F, 2021, entrevista concedida em 29/07/2021).

De acordo com o Parecer CNE/CEB n. 20/2009,

a participação dos pais junto com os professores e demais profissionais da educação nos conselhos escolares, no acompanhamento de projetos didáticos e nas atividades promovidas pela instituição possibilita agregar experiências e saberes e articular os dois contextos de desenvolvimento da criança (BRASIL, 2009. p. 14).

Entre as justificativas das famílias por não comparecerem em reuniões ou ações coletivas promovidas pela unidade, a maioria das professoras relataram que as famílias, quando justificam, informam que não participaram em virtude do horário ou por estarem trabalhando ou em virtude de outros compromissos. A unidade busca como alternativa revezar os horários, algumas vezes os encontros são marcados em horário de atendimento das crianças, organizados por grupos, não sendo para todos no mesmo dia, algumas reuniões são feitas no período da noite e alguns eventos como, por exemplo, a festa junina, já foi realizada no sábado também, e algumas vezes ofertam também um café ou um lanche, visando envolver mais as famílias.

Com as entrevistas, percebeu-se nas falas de algumas professoras, que conforme maior as crianças, como as do GT V, maior é a participação das famílias, tendo em vista que se

aproximam de ir para o Ensino Fundamental, e muitas vezes as famílias associam esse grupo e essa faixa etária, à antiga pré-escola, pensando em questões mais ligadas a alfabetização das crianças. A professora D relata que por estar trabalhando com os grupos menores, sente essa diferença na participação e no envolvimento das famílias, quando comparado com o grupo dos maiores, como o GT V, por exemplo.

Esse é meu quarto ano de experiência, na agenda e na porta sempre boa comunicação, ano passado a turma do GT I dos 15 alunos, três famílias davam retorno, uns não sabiam usar internet, outros não davam tanta importância, porque tem muito olhar de assistencialismo na Educação Infantil, elas (famílias) não entendem que as propostas envolvem muito o desenvolvimento, a coordenação... não são todos, mas a maioria pensa dessa forma então não tive muito retorno ano passado e agora estou no GT II no presencial (PROFESSORA D, 2021, entrevista concedida em 29/07/2021).

Assim como muitos outros municípios, nesse também se tinha fortemente uma visão assistencialista no que diz respeito à educação das crianças pequenas, dando ênfase as relações de cuidado, higiene e alimentação. Essa visão começou a ser mudada com as políticas públicas e formações direcionadas aos profissionais da área, contribuindo com uma nova concepção de criança e infâncias.

Como função sociopolítica e pedagógica, as DCNEI destacam que,

[...] o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. [...] Cumprir função sociopolítica e pedagógica das creches e pré-escolas implica assumir a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância. [...] requer oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos. Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade (BRASIL, 2019. p. 5).

Acredita-se que muitas vezes ocorrem equívocos por parte de algumas famílias no que diz respeito à função social da Educação Infantil, muitas vezes vista apenas como lugar de cuidado. Importante que essa visão assistencialista seja ultrapassada, que as famílias e comunidade escolar em geral compreendam a importância e a função dessa etapa da Educação Básica, e que também a reconheçam como direito das crianças, tendo em vista a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças. Importante destacar que a partir da

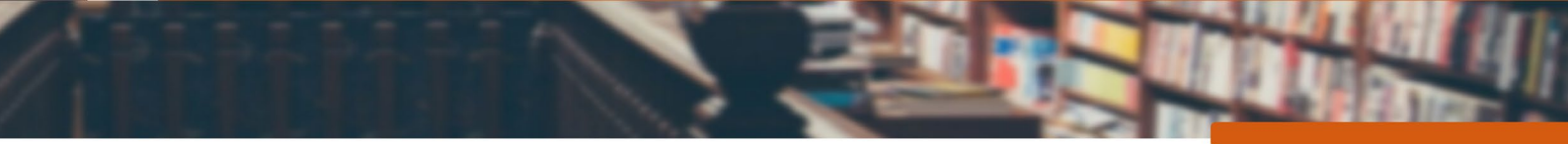
CRFB/88 a Educação Infantil foi reconhecida como direito da criança e dever do Estado, então é importante reconhecer o seu caráter pedagógico pensado para as crianças. Salienta-se que apesar dos avanços ocorridos na educação desde a Constituição e com as políticas educacionais nacionais, ainda há muito caminho a ser percorrido, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do caráter pedagógico da Educação Infantil e da formação dos profissionais. Como pode-se observar:

[...] A função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais. Isso implica em uma profunda aprendizagem da cultura através de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham solidez, constância e compromisso, possibilitando à criança internalizar as formas cognitivas de pensar, agir e operar que sua comunidade construiu ao longo da história (BRASIL, 2009, p. 12).

Com a pesquisa foram surgindo algumas indagações que são consideradas pertinentes refletir, como, por exemplo, se as famílias estão preparadas para o egresso escolar dos seus filhos, se compreendem o trabalho da Educação Infantil para o desenvolvimento e aprendizagem e que toda participação envolvendo as trocas e os estímulos corroboram para o desenvolvimento e autonomia das crianças no espaço educativo. Destaca-se que a participação efetiva dos pais tem um papel ímpar no desenvolvimento da criança, pois é com o acompanhamento diário, com participação e incentivo que os pais irão fortalecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos seus filhos.

Com a pesquisa bibliográfica e com as entrevistas foi possível perceber que ainda há, mesmo que de maneira implícita, vestígios do assistencialismo na Educação Infantil. É preciso desconstruir essa visão, de que a educação das crianças pequenas é apenas o cuidar, desconsiderando muitas vezes o caráter pedagógico. Para superar essa visão, faz-se necessário envolver as famílias nas discussões sobre o processo educativo da Educação Infantil, e assim buscar estabelecer uma maior aproximação e a participação efetiva entre as famílias e a unidade educativa. Verifica-se, que são muitas as implicações relatadas e como essas refletem nas ações e no trabalho pedagógico desenvolvido. É preciso alinhar uma parceria efetiva com as famílias, de modo a contribuir o desenvolvimento integral das crianças,

Acredita-se na possibilidade de reduzir e/ou minimizar a baixa participação das famílias no contexto escolar das crianças na Educação Infantil. Para tanto, sugere-se algumas propostas com intuito de amenizar e/ou dar resolutividade aos problemas identificados e os impactos e



implicações em virtude da baixa participação das famílias no contexto escolar das crianças na Educação Infantil, tais como:

- Nas formações continuadas dos profissionais, com o intuito de ouvir e buscar compreender as realidades vivenciadas pelos professores, pensar estratégias de aproximações efetivas com as famílias, proporcionando momentos de encontros e aproximações com as famílias e comunidade escolar em diferentes horários.

- Proporcionar um encontro com as famílias no início do ano para falar do trabalho realizado e da função social da Educação Infantil e dar voz para as famílias, de modo a ouvi-las e compreender as realidades e desafios.

- Pensar em estratégias/ferramentas visando facilitar o contato com as famílias, como relataram algumas das professoras entrevistadas. Utilizar, por exemplo, plataformas online de fácil acesso para as famílias, como o WhatsApp, com o intuito de socializar alguns registros das crianças, informes e geral, com o objetivo de interagir e envolvê-las nas ações desenvolvidas.

- Proporcionar reunião/encontro, para dialogar sobre a importância da participação das famílias no contexto escolar das crianças na Educação Infantil e destacar algumas das implicações decorrentes da não participação, com o intuito de conscientização por parte das famílias.

- Organizar confraternizações com o intuito de aproximar crianças, famílias e corpo docente, propor dinâmicas, envolver as famílias nas ações de brincadeiras, construções de brinquedos, sarau literário, dando voz também as famílias.

- Promover ações com as famílias e comunidade escolar, como gincana, feira cultural, arrecadando roupas e alimentos, promovendo uma aproximação e envolvimento da unidade com a comunidade local.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se sobre a importância do fortalecimento da relação entre família, escola e realidade, contudo, aos poucos identificou-se algumas implicações no desenvolvimento das crianças nas unidades de Educação Infantil.

Em relação aos procedimentos utilizados para a análise e discussão dos resultados, aplicou-se uma análise de narrativas. A pesquisa documental e bibliográfica proporcionou embasamento para abordar, de maneira breve, a história da Educação Infantil e também para evidenciar a importância e as implicações da participação das famílias no contexto escolar.

Após a transcrição de cada entrevista, com o intuito de preservar todas as informações relatadas, foi feita uma análise individual de cada narrativa, de acordo com os objetivos da pesquisa. Os resultados obtidos nas entrevistas contribuíram com a análise de dados, para a qual possibilitou confrontar as narrativas (entrevistas) juntamente com as legislações e com o material bibliográfico selecionado, ou seja, realizar uma análise documental e bibliográfica, fazendo um contraponto com os dados obtidos nas narrativas.

Considera-se que com a análise de narrativas foi possível identificar de uma maneira mais clara e real a importância e as implicações em decorrência de uma não participação efetiva das famílias no contexto escolar, e assim também fomentar com reflexões, com o intuito de pensar estratégias e ações efetivas a fim de contribuir com essa problemática.

Nesse sentido, o objetivo proposto foi alcançado, pois com as entrevistas foi possível identificar as implicações decorrentes da baixa participação e envolvimento das famílias no contexto da Educação infantil e dessa forma aprimorar o conhecimento sobre a relação entre família e escola, ouvindo outras profissionais, o que essas apontam como positivo para fortalecer essa relação e ver que há outras realidades para além das quais vivenciadas em alguns momentos. As professoras, de maneira geral, foram bem otimistas ao falarem sobre essa parceria, e mesmo em tempos de pandemia, ressaltam que sempre há aquelas famílias que buscam participar, se envolver, e que se interessam mesmo que de maneira virtual, e essas precisam ser consideradas também

De acordo com as falas das professoras, percebe-se a importância de esclarecer para as famílias a função social da Educação Infantil, para que compreendam o trabalho e sua importância e que se sintam parte desse trabalho, desse processo educativo, cujo objetivo é o desenvolvimento, a aprendizagem e o bem-estar das crianças.



Se as famílias e, de modo geral, a comunidade escolar compreende a importância da Educação Infantil, é possível criar uma aproximação maior entre a unidade educativa, as famílias e a comunidade, promovendo ações que perpassem as necessidades educativas da unidade, mas que englobem também as necessidades da comunidade, promovendo ações de modo que todos sintam-se parte do processo educativo.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer dessas culturas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KsN57fkpqH35MtdpqcHfmZL/?lang=pt>>. Acessado em: Nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acessado em: Ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 20/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf)>. Acessado em: Ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC: SEB, 2010. 36 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf)>. Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília, DF: MEC, 2009. (Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat\\_seb\\_praticas\\_cotidianas.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf)>. Acessado em: Dez. 2022.

DESSEN, M. A.; ARANHA, M. F. Padrões de interação social nos contextos familiar e escolar: análise e reflexões sob a perspectiva do desenvolvimento. **Temas Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 73-90, dez. 1994. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1994000300008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300008)>. Acessado em: Set. 2022.

FERREIRA, M. C. T; MARTURANO, E. M. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicol: Reflex. Crít.**, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/CnSXwhwTkSGmnsLsTp4v6zC/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Set. 2022.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2018. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/15\\_02\\_2018\\_13.42.47.06cfbcb8ebfbca79da2ebcbbf57bac63.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/15_02_2018_13.42.47.06cfbcb8ebfbca79da2ebcbbf57bac63.pdf)>. Acessado em: Set. 2022.

GARCIA, E. G.; VEIGA, E. C. **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**. São José dos Campos: Pulso. 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991. Disponível em: <<https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/manzinisaopaulo1990.pdf>>. Acessado em: Set. 2022.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicol. Esc. Educ.**, v.9, n.2, p. 303-312, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/yLDq54PMBGp7WSM3TqyrDQz/?lang=pt>>. Acessado em: Dez. 2022.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, Aug. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722007000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: Nov. 2022.

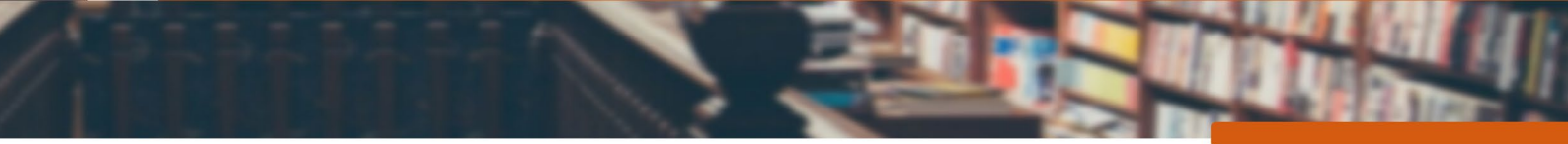
RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

## ENTREVISTA CONCEDIDA

PROFESSORA A. Implicação da baixa participação das famílias no contexto escolar de crianças de 0 a 5 anos. [Entrevista concedida a] Jurema de Andrade Bressan, Bianca Silveira da Rosa e Thayse do Carmo Junckes. Palhoça, 29 jul. 2021.

PROFESSORA B. Implicação da baixa participação das famílias no contexto escolar de crianças de 0 a 5 anos. [Entrevista concedida a] Jurema de Andrade Bressan, Bianca Silveira da Rosa e Thayse do Carmo Junckes. Palhoça, 29 jul. 2021.



PROFESSORA C. Implicação da baixa participação das famílias no contexto escolar de crianças de 0 a 5 anos. [Entrevista concedida a] Jurema de Andrade Bressan, Bianca Silveira da Rosa e Thayse do Carmo Junckes. Palhoça, 29 jul. 2021.

PROFESSORA D. Implicação da baixa participação das famílias no contexto escolar de crianças de 0 a 5 anos. [Entrevista concedida a] Jurema de Andrade Bressan, Bianca Silveira da Rosa e Thayse do Carmo Junckes. Palhoça, 29 jul. 2021.

PROFESSORA E. Implicação da baixa participação das famílias no contexto escolar de crianças de 0 a 5 anos. [Entrevista concedida a] Jurema de Andrade Bressan, Bianca Silveira da Rosa e Thayse do Carmo Junckes. Palhoça, 29 jul. 2021.

PROFESSORA F. Implicação da baixa participação das famílias no contexto escolar de crianças de 0 a 5 anos. [Entrevista concedida a] Jurema de Andrade Bressan, Bianca Silveira da Rosa e Thayse do Carmo Junckes. Palhoça, 29 jul. 2021.

PROFESSORA G. Implicação da baixa participação das famílias no contexto escolar de crianças de 0 a 5 anos. [Entrevista concedida a] Jurema de Andrade Bressan, Bianca Silveira da Rosa e Thayse do Carmo Junckes. Palhoça, 29 jul. 2021.